



DOSSIÊ

POLÍTICAS E GESTÕES CULTURAIS PARA UM NOVO BRASIL

Antonio Albino Canelas Rubim¹

Não estamos no paraíso, saímos do inferno

Paulo Miguez

mas os demônios estão à solta

Ordep Serra

RESUMO

O texto discute os desafios para o desenvolvimento de políticas e gestões culturais sintonizadas com as demandas do complexo e novo cenário político brasileiro. Palavras-chave são acionadas como condição para analisar e para atuar no campo cultural na nova conjuntura nacional. Palavras como: democracia ampliada, diversidade cultural, diálogos interculturais, federalismo cultural, territorialização da cultura e transversalidade da cultura. Elas se apresentam como horizontes vitais para o enfrentamento dos novos desafios e para configurar políticas e gestões culturais, que insiram a cultura, com centralidade, em um projeto de país radicalmente democrático, que interditem o retorno da barbárie.

Palavras-chave: Democracia e Cultura. Políticas e Gestões Culturais. Diversidade Cultural. Federalismo Cultural. Transversalidade da Cultura.

ABSTRACT

The text discusses the challenges for the development of cultural policies and management in tune with the demands of the complex and new Brazilian political scenario. Keywords are activated as a condition to analyze and to act in the cultural field in the new national conjuncture. Words such as: expanded democracy, cultural diversity, intercultural dialogues, cultural federalism, territorialization of culture and transversality

¹ Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Ex-Secretário de Cultura da Bahia. E-mail: albino.rubim@gmail.com.

of culture. They are presented as vital horizons for facing new challenges and for configuring cultural policies and management, which insert culture, with centrality, in a project of a radically democratic country, which interdict the return of barbarism.

Keywords: Democracy and Culture. Cultural Policies and Management. Cultural Diversity. Cultural Federalism. Transversality of Culture.

Impossível discutir a gestão cultural para o novo Brasil sem dialogar com o tema das políticas culturais. Programas e projetos são componentes para uma boa gestão cultural. Programas e projetos são traduções necessárias de políticas culturais, em geral formuladas em perspectiva mais abrangente e abstrata. Por conseguinte, falar em gestão cultural implica analisar sua relação imprescindível com as políticas culturais. Sem elas, seus programas e projetos, a gestão cultural se torna prisioneira do cotidiano. Para transcender o ordinário da vida e adquirir feição extraordinária, torna-se necessária a conexão com as políticas culturais.

Gestões e políticas não se bastam. Elas são necessárias, mas não suficientes. Elas não existem fora da vida em sociedade. Elas são perpassadas e animadas pelo contexto socioeconômico-ambiental-político-cultural, que habitam. As gestões e políticas culturais se nutrem de atitudes, atos, programas, projetos, obras, eventos, processos, formulações e palavras que se articulam e entrelaçam em teias de sentido produzidas na sociedade. Perceber os condicionamentos do cenário societário apresenta-se como condição vital para tecer políticas e gestões culturais para o novo Brasil.

CENÁRIOS E CONTEXTOS

Os tempos sombrios invadiram o Brasil. Eles chegaram nos anos imediatos pós-golpe de 2016 e se intensificaram no período entre 2019–2022. Diversos estudos já se debruçaram sobre o período difícil da cultura no país, como se pode observar na bibliografia do texto. Eles traçam o cenário desastroso a que a cultura sobreviveu naqueles anos, agravado pela convergência perversa entre pandemia e pandemônio no país.

O momento inicial, sob a gestão de Michel Temer, se caracterizou pelo desmantelamento das políticas culturais desenvolvidas nos governos de Lula e de Dilma Rousseff, e pelo contínuo enfraquecimento da institucionalidade cultural, por exemplo, a tentativa abortada de reduzir o Ministério da Cultura a uma mera secretaria. A gestão seguinte extinguiu o

ministério, fragilizou ainda mais a institucionalidade cultural, desmantelou as políticas, declarou guerra cultural e procurou impor culturas autoritárias. O mandato radicalizou à extrema direita atitudes antidemocráticas, conformando uma circunstância de barbárie político-cultural.

Devido ao caráter fortemente destrutivo das gestões nacionais, muitos programas e projetos fundamentais antes existentes sofreram descontinuidade. Para efeito de análise, citamos alguns deles considerados emblemáticos: os canais de participação político-cultural, como as Conferências Nacionais de Cultura; o Plano Nacional de Cultura; o Sistema Nacional de Cultura; o programa Cultura Viva, além de inúmeros outros programas e projetos. A maioria deles foi paralisada entre 2016 e 2022, ainda que em graus diferenciados.

Tais programas e projetos, se implantados de modo efetivo, provocariam mudanças profundas na gestão e na vida cultural. Os canais de participação, como as conferências, implicam a instalação de mecanismos de democracia participativa e, por conseguinte, de repartição do poder. Os planos de cultura, elaborados para nortear políticas e gestões, limitando o poder discricionário dos dirigentes, garantiriam continuidade administrativa. Os sistemas de cultura, obrigando a realização de gestões e políticas mais articuladas, estruturadas e mesmo federativas, superariam a dispersão muitas vezes encontrada na proliferação de atividades, eventos e obras, além de permitirem uma complementariedade federativa, tão necessária à cultura. O programa Cultura Viva, impondo o reconhecimento de grupos e instituições como agentes culturais relevantes, promoveria e preservaria nossa diversidade e riqueza culturais. Ou seja, a efetiva instalação dos programas e projetos alteraria em radicalidade as gestões e as políticas culturais. Nada disso aconteceu. Em seu lugar, ocorreu o retrocesso às ausências, aos autoritarismos e às instabilidades. Tristes tradições que pareciam estar em processo de superação.

DEMOCRACIA EM CENA

Os instantes recentes e atuais, feridos pelos tempos sombrios no país e no mundo, produziram sequelas profundas na sociedade, na política e na vida. Impossível esquecer, mais recentemente, os ataques antidemocráticos, golpistas e violentos aos três poderes da República no fatídico 8 de janeiro de 2023. Improvável se olvidar do genocídio planejado contra os povos originários, em especial os Yanomamis. Inúmeros outros exemplos de barbárie perpetrados não podem ser deslembrados. Eles, onipresentes, têm que ocupar centralidade nas reflexões e nas atuações no Brasil, nas

suas políticas e gestões culturais. A barbárie não era apenas peça retórica, mas ela se mostrou assombrosa realidade. Hoje e sempre, impedir a reprodução da barbárie é exigência primordial da democracia, da política, da cultura, das gestões e das políticas culturais. Sem compromisso com tal atitude, todas elas perdem sua seiva e seu sentido mais essenciais.

Contra as muitas manifestações de barbárie, que invadem no dia a dia o mundo submetido aos neoliberalismos e aos neofascismos, floresce o clamor pela democracia. A ideia de que ela é um valor universal, tão enfatizada por pensadores italianos e pelo baiano Carlos Nelson Coutinho (1980), parece cada vez mais hegemônica. Muitos acolhem e acariciam a palavra democracia, mas lhe dão hoje múltiplas e contrastantes interpretações. A intensa disputa de sentido em torno da palavra democracia demonstra a potência de sua presença e, de modo simultâneo, cria impasses nada desprezíveis para sua realização em plenitude, pois impõe enorme desgaste a sua efetividade e radicalidade. A barbárie se alimenta, em parte, de promessas não concretizadas da democracia. Pior, em nome de pretensas democracias, barbáries são engendradas e ferem povos inteiros (Morin, 2005).

Em perspectiva liberal, a democracia se vê reduzida ao regime político do Estado. Nela, a democracia se instala tão somente no âmbito das normas e regras da dinâmica política da sociedade. O restante das relações sociais fica fora de sua alçada. Em contraponto, sem nunca desprezar a relevância da democracia no estrito ambiente profissionalizado da política, a sociedade, que hoje se assume radicalmente democrática, exige mais: também outras relações sociais, em especial públicas, precisam ser democratizadas para a configuração da democracia abrangente e necessária. Políticas distributivas e de reconhecimento articuladas desempenham papel crucial na construção da democracia ampliada. Ela não floresce em situações de profundas desigualdades econômico-sociais, crimes ambientais e de violentos desrespeitos às diversidades político-culturais. A socialização do poder na sociedade brota como processo de luta inevitável para desenvolver a democracia alargada. Longo processo aparece como necessário para sua construção.

A barbárie, imposta desde o golpe de 2016 e intensificada na gestão seguinte, obrigou aos setores democráticos da sociedade a colocarem, com centralidade, a questão democrática. Ela se torna, na atualidade, o divisor primordial na conjuntura político-cultural brasileira. Inviável as gestões e as políticas culturais desconsiderarem tal centralidade. Elas são obrigadas a encarar a disputa existente entre atitudes e valores autoritários, próprios da barbárie, e aqueles democráticos, necessários à superação dos tempos sombrios vividos no Brasil e no mundo. Sem tal conexão com a democracia,

as gestões e as políticas culturais deixam caminho escancarado à persistência de autoritarismos, privilégios, violências físicas e simbólicas contra alteridades, diversidades e pluralidades. As gestões e políticas culturais não podem ser omissas com relação à barbárie, que nos ameaça e que destrói a civilidade, já tão desgastada por autoritarismos, desigualdades, discriminações, privilégios e carências vigentes na sociedade brasileira.

A primeira e primordial palavra-chave para as gestões e políticas culturais do novo Brasil é “democracia”. A cultura, feita de modos de vida, comportamentos, gestos, atitudes, palavras, argumentos, sensibilidades, emoções, símbolos, ritos, valores e muitos outros ingredientes, necessita assumir feições democráticas e enfrentar manifestações autoritárias, também presentes na cultura, no campo cultural e na sociedade. Ela se traduz, por conseguinte, como cultura cidadã, cultura democrática, cultura política democrática, cidadania cultural, direitos culturais e termos afins. O enfrentamento político-cultural vigoroso emerge como vital para o presente e o futuro do país. Em suma, trata-se de colocar hoje a questão democrática no centro das gestões e políticas culturais no Brasil.

O mundo e o Brasil, forjados pelo neoliberalismo e pelo neofascismo, pretendem, por meio das guerras culturais, transformar adversários em inimigos a destruir. Hoje não pode haver nenhuma ilusão de neutralidade. A extrema direita, no poder ou fora dele, coloca em cena a disputa político-cultural de concepções de sociedade e de seus valores em sua modalidade de guerra cultural. O inimigo inventado para ser aniquilado se intitula de “marxismo cultural”, miscelânea de pensamentos emancipadores de tipos distintos. Nele se misturam ecleticamente o marxismo ocidental de Antonio Gramsci, a teoria crítica da Escola de Frankfurt, as teorias feministas, os ideários antirracistas, as visões contrárias à homofobia dos movimentos LGBTQIA+, as cosmovisões de povos originários e as mais diferentes formulações libertárias opostas às discriminações de classe, à xenofobia, aos privilégios, às discriminações e às opressões.

Busca-se interditar e impedir todas as vertentes de concepções político-culturais críticas e em seu lugar entronizar e impor um mosaico de monoculturas autoritárias. Assim, a extrema direita reanima no cenário contemporâneo a disputa político-cultural, que os democratas e a esquerda pareciam ter abandonado. As antigas formulações de luta ideológica, batalha das ideias, disputa da hegemonia e outros similares, tão relevantes à tradição pluralista da democracia, se fizeram esquecidas, paradoxalmente, no instante em que a democracia como valor foi assumida por parcela substantiva dos setores sociais. Como disputar a democracia, em moldes democráticos, sem recorrer às disputas político-culturais? Tal esquecimento cobra ônus dilacerantes e tem interditado o aprofundamento da democracia na contemporaneidade.

Os governos entre 2003 e 2016 pareciam desatentos a tal indagação. Estranho que, após tantos anos de gestões democráticas de centro-esquerda, bastante moderadas, valores conservadores e autoritários tenham aflorado e crescido na sociedade brasileira. Todos deveriam ter consciência que tais valores existiam há muito tempo como resultado da história brasileira marcada por autoritarismos, desigualdades, privilégios, discriminações, opressões, violências físicas e simbólicas, genocídio de povos originários e quase 400 anos de brutal escravidão. Eles não só tiveram ambiente propício para emergir, como também espaço para se desenvolver. A ausência da disputa político-cultural e a falta de enfrentamento aos valores autoritários resultaram no paradoxo: depois de 14 anos de governos democráticos, parcela relevante da sociedade se fez e se mostrou conservadora.

O frágil enfrentamento nas gestões de Lula e Dilma, bem com a produção cotidiana do ódio através de muitas instituições, em especial das empresas de mídia, têm enorme responsabilidade na construção do cenário autoritário. O quase monopólio da mídia; o acionamento de setores conservadores das instituições, a exemplo do Judiciário, e atuação antidemocrática de certos setores dominantes forjam o ambiente propício. Tais fatores, por mais relevantes que sejam, não podem fazer esquecer o descuido dos democratas com a disputa político-cultural. A velha ilusão economista acreditou que bastava fazer as pessoas ascenderem socialmente para que elas assumissem afinidade com o projeto do governo. O economicismo, por exemplo, esqueceu que se percebe a ascensão social por meio de narrativas, que explicam mundo e vida. A ascensão social pode ser considerada como derivada do esforço e do mérito pessoais na ideologia competitiva capitalista. Pode ser imaginada como proveniente do apoio divino na versão da ideologia religiosa. Pode ser pensada como decorrente de políticas públicas, em narrativas mais próximas da visão democrática e republicana. Enfim, pode ser interpretada conforme distintas narrativas, todas elas em disputa. Esquecer a disputa político-cultural das narrativas sobre mundo e vida implicou repercussões dramáticas na história nacional recente.

As gestões e políticas culturais para o novo Brasil não podem desprezar o novo cenário, distinto do vivido no ano de 2003, no qual as disputas político-culturais, por óbvio, existiam, mas em ambiente com mais civilidade, menos violências físicas e simbólicas e disputas não tão impostas, expostas e expressas na conjuntura, como hoje acontece. Desde modo, re-visitar as inovadoras políticas culturais desenvolvidas a partir da gestão de Gilberto Gil, em 2003, vinte anos atrás, pode ser inspirador, mas não basta para atualizar as gestões e políticas culturais necessárias ao grave e tenso momento que vivemos. O mundo e o Brasil são outros, para o mal

e para o bem. A atualização das gestões e políticas culturais torna-se exercício crucial para a refundação da nação brasileira.

Uma nova constelação de palavras-chave se apresenta como crucial na atualidade. A primordial delas, como já dito e repetido, “democracia em disputa”. Mas palavra-chave não é palavra mágica que tudo resolve. Não basta sua menção para que as gestões e políticas culturais se transformem, sem mais. As políticas exigem ser traduzidas em formulações complexas e conexões adequadas, em projetos e programas, que concretizem tais políticas. Os programas e projetos necessitam condições adequadas para boas gestões e para efetivação das políticas culturais. Uma questão fundante se impõe: como conceber gestões e políticas culturais conectadas e estimuladoras de culturas democráticas? Questão nada simples, que demanda exaustiva e rigorosa elaboração, para além do texto.

De imediato, cabe superar a ilusória ideia da neutralidade das gestões e políticas culturais, que de maneira sub-reptícia invade mesmo atitudes democráticas. Muitas vezes, gestões e políticas culturais são reduzidas a meras ações de apoio e financiamento, cabendo ao Estado tão somente prover e repassar verbas aos fazedores, coletivos, comunidades, movimentos, instituições e empresas para produzirem cultura. A gestão bancária, para lembrar a sagaz noção de Paulo Freire, parece ter medo ou vergonha do óbvio: toda gestão toma decisões e, por consequência, faz política, assuma isto ou não. Um edital, para se tomar um formato aparentemente mais institucional e neutro, implica sempre opções: escolha de áreas contempladas, definição de requisitos para participação, delimitação de critérios, determinação das comissões de seleção e inúmeras outras deliberações, como demonstra Sofia Mettenheim (2023). Enfim, gestões e políticas culturais não são neutras, nem apenas formalistas, como pretendem alguns.

Além de superar a ilusória neutralidade, é necessário elucidar quais políticas culturais se quer desenvolver. A explicitação exige coerência e traz implicações que necessitam ser enfrentadas. Por exemplo: as políticas culturais do Estado democrático podem apoiar atividades, projetos e obras machistas, racistas, homofóbicas, xenófobas, negacionistas, supremacistas e similares? Um apressado “sim”, em nome da não interferência do Estado, paradoxalmente, coloca em xeque e desmente a própria denominação democrática usada pelas gestões, políticas e pelo próprio Estado. Um rápido “não” encobre potenciais perigos, que devem ser considerados, como possíveis censuras e culturas oficiais, insossas e acrílicas. Apesar das ameaças e dos riscos, a resposta mais coerente é um rotundo “não”. O Estado, as gestões e as políticas culturais democráticas não podem se curvar à reprodução de autoritarismos, discriminações, preconceitos e privilégios por temor de enfrentar perigos. A delicadeza da questão exige da democracia capacidade de lidar com sutilezas.

A democracia surge como vital, mas as novas gestões e políticas culturais se alimentam igualmente de outras palavras-chave orientadoras, que emergiram nestes vinte anos de avanços e retrocessos da nossa pendular democracia, na percepção de Leonardo Avritzer (2019). Como esquecer a noção de diversidade cultural, mesmo cheia de ambiguidades, que causa furor aos fundamentalistas ideológico-religiosos da monocultura? Como tratar dos novos desafios sem acionar palavras-chave, por exemplo: “diálogos interculturais”, “federalismo cultural”, “territorialização”, “transversalidade”? Cabe, por conseguinte, ampliar o leque dos desafios a serem enfrentados no novo contexto nacional, trazendo ao debate outras palavras-chave, que podem orientar as gestões e políticas culturais para o novo Brasil.

DIVERSIDADE E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NO HORIZONTE

O tema da diversidade cultural emerge como vigoroso no âmbito das gestões e políticas culturais desde seu agendamento internacional na virada dos séculos XX e XXI. A Unesco teve papel vital na conformação da agenda, mesmo sem esquecer críticas e polêmicas. Seus relatórios, documentos e encontros marcaram tais anos e colocaram em cena o tema (Cuéllar, 1997; Evangelista, 2003, Unesco, 2005 e 2006). Outros organismos internacionais deram continuidade ao processo. A diversidade cultural possibilita diferentes interpretações. Grosso modo, pode-se afirmar que, enquanto para os europeus ela esteve muito associada à questão audiovisual e ao enfrentamento do predomínio norte-americano na área, na América Latina, ela se ancorou na multiplicidade de grupos que compõem sua população: povos originários (amazônicos, andinos e outros), negros (originários de diferentes nações africanas), brancos (de variadas origens), mestiços (nascidos de diversas miscigenações), como também incorporou e foi sobredeterminada por algumas lutas político-culturais mais recentes, que colocaram em cena as mulheres, as comunidades LGBTQIA+ e outros segmentos sociais oprimidos. Ou seja, tal visão de diversidade cultural reconheceu que todos têm cultura e que as distintas culturas possuem legitimidade.

A diversidade cultural se fez cada vez mais essencial para a construção de um Brasil distante do mando masculino branco-ocidental, entronizado como dono do poder social, econômico, político e cultural. Ela se torna fundamental para constituir uma nação tecida por muitas e diversas gentes, etnias, sexos e culturas, sempre oprimidos e invisibilizados em sua história. O reconhecimento legítimo da diversidade cultural que compõe o país se mostra como condição de base para a democracia brasileira ampliada. Ele aponta para imaginar as diversas culturas brasileiras, que fazem a complexidade e a singularidade do país. A combinação entre a superação

das profundas desigualdades sociais e o reconhecimento da diversidade cultural parece ser conjugação indispensável para a democracia no Brasil.

A emergência dos movimentos identitários no mundo e no país recente mostra o vigor potencial do tema da diversidade cultural. Nascidos, mais expressamente, desde os anos 60 do século XX, reprimidos na ditadura, revigorados na luta contra o autoritarismo, os movimentos e as manifestações identitárias se difundiram e tiveram apoio de políticas públicas, mesmo embrionárias, nos anos 2003–2016, até serem brutalmente reprimidas entre os anos de 2016 e 2022. Os movimentos, manifestações e populações político-culturais identitárias, em sua maioria, tiveram posicionamentos críticos e contrários, em especial, às rupturas e atitudes antidemocráticas desse período.

Entretanto, nem tudo são flores. A diversidade cultural traz potencialmente riscos. Um deles: tecer guetos culturais pretensamente autossuficientes, criando um perigoso mundo de isolamento e verdades. Daí a necessidade de combinar as políticas públicas de culturas com programas e projetos de diálogos interculturais; afinal, o desenvolvimento cultural implica sempre e necessariamente intercâmbios e trocas culturais. Sem eles, as culturas tendem à intransigência e à arrogância. Todas as culturas são, a rigor, impuras, pois dialogam em sua dinâmica viva com outras culturas. Por óbvio, o diálogo nem sempre é harmônico, mas também contém instantes de conflito, que devem ser tratados como legítimos e resolvidos com mais democracia. Dificuldades e riscos não podem interditar a constatação de que a diversidade cultural e os diálogos interculturais são condições essenciais da democracia ampliada no Brasil.

FEDERALISMO CULTURAL: TERRITÓRIO É CULTURA

As culturas brasileiras vivem hoje situação paradoxal. Os tempos sombrios atacaram o país desde 2016 e se tornaram ainda mais violentos a partir de 2019. A combinação perversa de pandemia e o pandemônio, vivenciada pelo país, inclusive com a guerra cultural declarada, instalou uma situação de profunda ameaça no campo cultural. A gravidade da situação brasileira, que atingiu toda sociedade, inclusive a cultura, não pode ser menosprezada em uma análise das complexas condições atualmente existentes no Brasil.

O país vive um contexto paradoxal com inusitadas composições. Como imaginar que, em instantes tão duros e anticulturais, fosse possível a conquista de um dos maiores orçamentos que a cultura já obteve no Brasil? A história e a vida, efetivamente, não são para principiantes. Nada de

visões lineares nem simplistas. Contradições e paradoxos explodem em todo tempo e lugar na sociedade e na sua dinâmica. As culturas brasileiras vivem na atualidade um desses instantes contraditórios e paradoxais. Intensas depressões e possibilidades. Os desafios são grandiosos para a sociedade, para a comunidade cultural e para o novo Ministério da Cultura.

As leis conquistadas, em pleno período da guerra cultural estimulada pela gestão nacional, não guardam apenas o paradoxo do vigoroso orçamento alcançado em tempos sombrios, mas trazem para o cenário outro paradoxo nada desprezível: uma gestão altamente centralizada, que desprezou constantemente o diálogo federalista com estados e municípios, inclusive no essencial tratamento da pandemia, viu florescer um federalismo cultural, antes nunca visto no país com tanto vigor.

O Brasil é uma federação longínqua e frágil. Desde a República, somos federação. Ela sempre se exerceu de modo raquítico. No campo da cultura quase inexistia. O projeto do Sistema Nacional de Cultura (SNC), ainda que em seus inícios carecesse de uma visão federalista mais consistente, desencadeou o processo (Rocha, 2019). Nas discussões de sua implantação, o tema do federalismo cultural se tornou cada dia mais evidente, consciente e básico. As variadas paralisias que o SNC sofreu, tanto no período democrático quanto, mais profundamente, nos tempos sombrios, dificultaram a disseminação ampla do federalismo cultural, inclusive porque os orçamentos existentes inviabilizaram a relação fundo a fundo, condição fundamental para o federalismo cultural.

As lutas pelas leis Aldir Blanc 1 e 2 e Paulo Gustavo buscaram, de modo consciente ou não, priorizar estados, Distrito Federal e municípios como entes executores das leis, em decorrência da atitude anticultural da gestão nacional. Elas trazem de modo subjacente, embutidas nas leis, a lógica da complementariedade entre os entes federativos, ainda que em momento de profunda desconfiança em relação às posturas da união. O paradoxo se institui: a reação, consciente ou não, da comunidade cultural e do parlamento a um governo antifederalista propicia na área da cultura a reanimação do federalismo cultural, como nunca aconteceu, porque agora alicerçado no repasse de recursos entre os entes federados. Algo ausente no SNC em tempos democráticos, agora nasce como conquista e vitória consideráveis.

Difícil imaginar que depois da formulação, visibilidade e execução das leis, que possuem graus distintos de relação explícita com o federalismo cultural, este possa ser simplesmente desprezado e as gestões e políticas públicas de cultura voltarem ao modo antigo e anterior de atuação concentrada na união, em detrimento de conexões mais complementares e orgânicas entre entes federados. Desconsiderar o federalismo cultural como

componente vital do novo cenário de desafios das gestões e políticas culturais se insinua como grave erro a ser evitado.

Em uma federação, estados, Distrito Federal e municípios têm, em tese, autonomia para implementar gestões e políticas culturais, pois não existe ainda no campo da cultura nenhuma delimitação das atribuições político-culturais específicas e singulares entre os entes federados. Todos eles podem ser agentes relevantes das gestões e políticas para o desenvolvimento da cultura. União, estados, Distrito Federal e municípios podem hoje desenvolver políticas complementares, mas também conflitantes. Aqui surge uma lacuna dramática no embrionário federalismo cultural brasileiro: a inexistência de delimitação pactuada entre os entes federados acerca das suas responsabilidades singulares. Tal limitação está a exigir urgente atenção e superação para que as atuações dos entes federados sejam potencializadas, porque complementares, e não de competição e conflito.

O federalismo cultural apresenta convergência com uma dinâmica que começa a surgir pelo país e que demanda cada vez mais atenção com o território em suas singularidades. A territorialização da cultura emergiu em diversos lugares, cidades e estados do país. Seu significado mais importante aparece como o reconhecimento de que território é cultura. Ele não é apenas circunstância físico-geográfica, mas necessariamente e sempre ambiente geográfico-cultural, como ensinaram estudiosos como Milton Santos (2001). O federalismo cultural traz para o centro das políticas e gestões culturais, sintonizadas com os desafios atuais, a atuação complementar dos entes federados e a atenção aos territórios como dados essenciais para ação cultural.

A conexão entre federalismo e territorialização culturais e processo de democratização da sociedade brasileira parece evidente, mas não destituída de controvérsias e embates. Não cabe adentrar neles. De modo simplificado, pode-se afirmar que a desconcentração do poder público, em uma federação que funcione efetivamente, favorece a democracia e a democratização do poder na sociedade, pois dota novos agentes e polos de poder e obriga uma negociação entre eles. Federalismo e territorialização, inclusive culturais, e democracia podem ter laços bastante afinados em sintonia fina.

TRANSVERSALIDADE E CENTRALIDADE DA CULTURA

Uma das palavras da moda no meio cultural é “transversalidade”. Na atualidade, ela é acionada e reivindicada enfaticamente para a cultura. Ela permeia muitas dimensões da sociedade. Os amantes da cultura a consideram algo excepcional, vital para a vida. Cultura é vida. A dialética da preservação-renovação,

inerente à sua dinâmica, é cultura em seu movimento. Tal dialética é fundamental para a sociedade. A cultura não é um adorno, nem cereja do bolo, como o ministro Gilberto Gil cansou de repetir. A cultura permeia toda a sociedade. Ela dá sentido à vida humana, seja coletiva, seja individual. O tema é quase corriqueiro entre o povo da cultura. Mas a transversalidade não é tão evidente para muitas e muitas pessoas.

Não resta dúvida de que a cultura, em especial em sua noção ampliada, adotada no panorama internacional desde os anos 80 do século XX e no cenário brasileiro, com mais vigor, desde os anos 2000, se apresenta como fenômeno transversal, que perpassa toda a vida humana e social: modos de vida e de trabalho, concepções de mundo, ideários, práticas, sentimentos, valores etc. Assumir a transversalidade da cultura, com destaque em sua noção ampliada, implica enormes desafios para as gestões e políticas culturais, já assinaladas por diversos autores, por exemplo, Isaura Botelho (2016). Entretanto, a visão contemporânea da cultura requer enfrentar desafios e correr riscos. Uma visita às dimensões da sociedade contemporânea serve para explicitar mais enfaticamente a transversalidade da cultura.

A cultura é condição imprescindível do desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos. O desenvolvimento, em seu sentido rigoroso, acolhe várias dimensões. Quando se fala de desenvolvimento, ele deve envolver, em plenitude, dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais. Muitas pessoas continuam a identificar crescimento econômico e desenvolvimento. Elas se esquecem da complexidade do desenvolvimento e de sua dimensão cultural. Sem cultura não há transformação social. A mudança cultural determina a possibilidade da alteração da sociedade. Claro que a transformação exige mudanças econômicas, sociais, políticas e ambientais. Todas elas são essenciais, mas elas sozinhas não são suficientes para a transformação da sociedade. Ela implica sempre sua transformação cultural.

Parcela relevante da cultura se insere na atualidade na vida econômica da sociedade. Por óbvio, nem toda a cultura dialoga com a economia. Existem setores da cultura que estão fora da dinâmica da economia e que têm outros níveis de sustentabilidade, diferentes da manutenção meramente mercantil. No mundo atual, a economia dos bens e serviços culturais cresce em ritmo mais acelerado que aquela destinada aos similares materiais. Além disso, o processo de culturalização da mercadoria, em curso, faz com que os aspectos simbólicos agregados aos bens materiais cada vez mais determinem seu valor. Talvez esse seja o sentido mais pertinente da noção de economia criativa. Muitos fazedores de cultura são profissionais e parte da classe trabalhadora. Os dados ainda são imprecisos,

porque as estatísticas referentes à cultura são frágeis. Parcela dos trabalhadores tem relação crescente com o campo da cultura. Diversas pessoas continuam a achar que os fazedores de cultura são diletantes, que fazem cultura por amor. Claro que se faz a cultura por amor, mas também se faz como profissionais, como trabalhadores da cultura.

A política a partir do século XX se culturalizou. A dimensão cultural passou a ter papel significativo para a política. Desde o século passado, tivemos a invasão da política por temas culturais ou identitários. Cabe lembrar que a questão feminina, no século XIX, era considerada da esfera da intimidade, da privacidade, e não algo pertinente ao espaço público de discussão e deliberação. Hoje, quais os partidos, em especial os democráticos, que não consideram o tema das mulheres como assunto político-programático? Além das culturas feministas, outras identidades culturais adentraram o campo político: culturas negras, culturas dos povos originários, culturas de comunidades LGBTQIA+ e diversas outras identidades culturais. Todas elas, e outras não citadas, são fundamentais para a política na atualidade. O campo da política é permeado fortemente por tais dimensões político-culturais. De modo similar, ocorreu um processo de politização da cultura no mundo e no país. Basta lembrar as chamadas disputas ou guerras culturais. No Brasil, elas estão em cena. As guerras culturais não são lutas secundárias na política nacional. A destruição da cultura, o ataque aos fazedores da cultura, o estrangulamento financeiro da cultura, todos são processos centrais do projeto antes no poder federal.

Todos os temas elencados, e outros não citados, não bastam para que transversalidade da cultura se imponha como momento inerente às gestões e às políticas culturais. Nem sempre a percepção da sociedade e do governo consegue assumir tais processos. Muito esforço necessita ser desenvolvido para fazer a sociedade e, especialmente, o governo conceberem a cultura como algo transversal. Nesta perspectiva, as gestões e políticas culturais precisam articular, com as mais diversas e próximas áreas da sociedade e do governo, políticas públicas compartilhadas que mobilizem a cultura em suas variadas interfaces sociais e governamentais. Hoje, a construção de políticas públicas transversais passa a ser imprescindível para o campo, as gestões e políticas culturais.

Tais políticas precisam contemplar sempre o desenvolvimento da cultura e das áreas parceiras, de modo compartilhado, sem submissões indevidas. As políticas públicas transversais, por conseguinte, não bastam. Elas não podem substituir ou prescindir das políticas culturais singulares para o campo cultural. Um dos grandes desafios atuais se apresenta como capacidade de combinar políticas transversais com as políticas específicas, que continuam a ser necessárias para o sucesso das gestões e políticas

culturais, mas não suficientes para atender as complexas demandas do mundo contemporâneo. Elas exigem uma fina sintonia entre as gestões e políticas culturais, específicas e transversais, que façam a cultura dialogar com as mais diferentes áreas sociais sem perder sua peculiaridade.

Da complexa combinação entre políticas singulares e transversais deriva, em linha direta, a capacidade de o campo, as gestões e as políticas alcançarem a tão demandada e sonhada centralidade da cultura. Sem gestões e políticas culturais consistentes para atender as singularidades do campo cultural, em seu sentido específico, e sem gestões e políticas capazes de desenvolver atuações públicas transversais vigorosas, com áreas afins, não existe nenhuma possibilidade de que a cultura seja colocada em alguma posição de centralidade. Isto é, de estar inscrita como dimensão essencial do projeto para o novo Brasil. A transversalidade e a singularidade são condições imanentes para a centralidade da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno da democracia, mesmo frágil; a reconquista das liberdades; o fim da censura, das perseguições e das agressões; a refundação do Ministério da Cultura e de suas instituições vinculadas; a reconstrução das políticas culturais; a revitalização dos canais de participação e diálogo entre ministério, comunidade cultural e sociedade civil; a recomposição dos orçamentos da cultura, derivada da vitoriosa luta da comunidade cultural e da sensibilidade de setores do parlamento nacional, configurada na expressiva conquista das leis Aldir Blanc 1 e 2 e Paulo Gustavo: toda essa constelação configura a circunstância paradoxal em que a cultura brasileira vive na atualidade.

No contexto de enormes dificuldades e potencialidades, em especial, a comunidade cultural e o Ministério da Cultura têm que ser capazes de superar a herança maldita do desmonte anterior e, simultaneamente, colocar a cultura brasileira em um patamar condizente com sua qualidade e quantidade. Por óbvio, o florescimento da cultura demanda tempo e amadurecimento. Não cabe esperar resultados em prazos tão imediatos. Trata-se então de criar as condições satisfatórias, em termos de institucionalidade, de gestões, de políticas e de recursos, para que os caminhos do florescimento da cultura estejam bem nutridos. Tal desafio não é nada desprezível. Ele exige da comunidade cultural e do ministério: perspicaz atenção à conjuntura, sensibilidade, inteligência, sagacidade, organização, criatividade, mobilização coletiva, capacidade de iniciativa e competência de articulação política. As exigências são múltiplas, como os desafios instalados no cenário atual.

O enfrentamento dos desafios implica estar totalmente afinado com a refundação da democracia no Brasil, condição básica para a sociedade brasileira sair do atoleiro em que o golpe e o neofascismo ultraneoliberal atiraram o país. A atuação da comunidade cultural e do Ministério da Cultura deve estar sintonizada com a necessidade primordial da sociedade brasileira: a refundação da democracia em bases novas, amplas, permanentes e substantivas. O ministério e a comunidade, além de produzir radicais gestões e políticas culturais democráticas, têm que buscar sempre contribuir para o desenvolvimento e a consolidação da cultura (política) democrática na nação. A debilidade da cultura democrática coloca em constante risco a historicamente frágil democracia brasileira. Compreender que a conexão entre cultura e democracia é vital para a sociedade e para a cultura e sintonizar as políticas culturais com tal compreensão é condição imprescindível para o enfrentamento dos desafios presentes.

Colocar a questão democrática no centro das políticas culturais, implementadas pelo ministério e assumidas pela comunidade cultural, não apenas cria sintonia fina entre eles e a necessidade crucial da sociedade, mas abre um amplo universo de diálogos possíveis para a cultura, em sua transversalidade constitutiva, com diversos campos sociais e áreas de governo, possibilitando à cultura transitar de seu lugar, quase sempre periférico nas políticas públicas, para localização próxima do centro do poder. A centralidade da cultura nas políticas públicas precisa deixar de ser um mote apenas circunscrito à comunidade cultural e se irradiar para a sociedade e as outras áreas do governo. Nesta perspectiva, a articulação entre cultura, diversidade cultural, diálogos interculturais, territorialização e federalismo culturais, transversalidade e democracia, ao permitir e facilitar as conexões da cultura com outras áreas da sociedade e do governo, parece ser um excelente dispositivo para transformar em realidade a tão sonhada e pronunciada centralidade da cultura.

A conversa sobre os significativos desafios propostos por tal conjuntura, contraditória e paradoxal, pode trilhar outras narrativas. Impossível falar sobre todas elas. Mas uma delas, pelo inusitado da situação, merece especial atenção. Trata-se do orçamento hoje conquistado para a cultura a partir das intensas e improváveis lutas no ambiente altamente anticultural da gestão Messias Bolsonaro. Na atualidade, a área da cultura dispõe de um dos maiores orçamentos que já obteve em sua história. Paradoxal ele ter sido conquistado em contento tão anticultural. Neste âmbito, a superação do desafio hoje se torna crucial. Como gastar bem os recursos, de modo efetivo, democrático, republicano, diversificado, territorializado, federativo, envolvendo União, estados, Distrito Federal e municípios, e com eles nutrir as gestões e políticas culturais para o novo Brasil?

Vital aqui um excelente desempenho para que a cultura continue a ter recursos cada vez maiores, para que o florescimento das culturas brasileiras seja mais amplo, diverso e rico, a fim de animar a revolução cultural democrática, que o Brasil tanto necessita para sua transformação em um país mais igualitário, diverso, plural, solidário, fraterno, soberano, criativo e democrático.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BARBALHO, Alexandre. “Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro”. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, pp. 23-46, 2017.
- _____. “Política cultural en tiempos de crisis: el Ministerio de Cultura en el Gobierno de Temer”. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 22, n. 1, pp. 239-60, 2018.
- BERNARD, François de. “Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural”. In BRANDT, L. (org.). *Diversidade cultural*. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2005, pp.73-81.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- BRANDÃO, Sandra (org.). *Brasil: cinco anos de golpe e destruição*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- COLLING, Leandro; SAMPAIO, Adriano (org.). *A cultura em tempos sombrios*. Salvador: Edufba, 2022.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de (org.). *Nossa diversidade criadora*. Brasília / Campinas: Unesco / Papyrus, 1997.
- DUARTE, Luisa. *Arte, censura, liberdade: reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.
- EVANGELISTA, Ely. *A Unesco e o mundo da cultura*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás / Unesco, 2003.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- METTENHEIM, Sofia. *É de tal? Para democratizar o fomento à cultura: possibilidades e desafios a partir dos editais municipais das capitais brasileiras (2013–2018)*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

- MOREIRA, Rafael; SPADA, Lincoln. *O fim do Ministério da Cultura: reflexões sobre as políticas culturais na era pós-MinC*. São Paulo: Imaginário Coletivo, 2022.
- MORIN, Edgar. *Culture et barbarie européennes*. Paris: Bayard, 2005.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.
- ROCHA, Sophia. *Da imaginação à Constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura (2002–2016)*. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. “La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro”. *Alteridades*, México, v. 60, pp. 9-20, 2020.
- _____. “Balanço político-cultural do governo Bolsonaro”. In _____; TAVARES, M. (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. pp. 37-55.
- _____. “El pandemio como estrategia político-cultural en Brasil”. *Comunicación y Medios*. Santiago, v. 30, n. 44, pp. 82-92, 2022.
- _____. *Políticas culturais: diálogos possíveis*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.
- _____; OLIVEIRA, Gleise; TEÓFILO, Tony. “Políticas culturais e seus agentes no Brasil de tempos sombrios: 2016–2022”. In COLLING, L.; SAMPAIO, A. (org.). *A cultura em tempos sombrios*. Salvador: Edufba, 2022, pp.11-42.
- _____; TAVARES, Márcio (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2016.
- SANTOS, Márcio Tavares dos. *A arte como inimiga: as artes reacionárias, o regresso da censura e a guerra cultural no Brasil (2013–2021)*. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- STEFANONI, Pablo. “El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. Olavo de Carvalho y la extrema derecha en Brasil”. *Nueva Sociedad*, jan. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- TAVARES, Márcio. “Guerra cultural: das origens ao governo Bolsonaro”. In RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. pp. 57-77.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Brasília: Unesco, 2006.

_____. “Declaração universal sobre a diversidade cultural”. In BRANDT, L. (org.). *Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2005, pp. 207-14.

VARELLA, Guilherme; BRANT, João. “Do Estado da Cultura ao Estado anticultural”. In CASTRO, J. A. de; POCHMANN, M. (org.). *Brasil: Estado social contra a barbárie*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, pp. 523-38.